

Introdução	15
1. A formação e a importância dos princípios na evolução do homem em sociedade	
1.1 O homem e o nascimento dos princípios	19
1.2 Os princípios como característica social e como uma das fontes do Direito.....	28
1.3 Os princípios como limite do poder do Estado	38
1.4 Princípios como balizadores éticos da criação e aplicação da norma jurídica ...	43
1.5 A Constituição e os princípios	54
1.6 A formação da sociedade internacional e a necessidade de um Direito Internacional baseado em princípios.....	57
2. O Direito Processual Penal Principiológico	
2.1 A evolução histórica do Direito Processual Penal	68
2.1.1 Relação histórica do Direito com valores sociais no âmbito do Direito Penal e do Direito Processual Penal em Portugal metrópole e no Brasil ..	74
2.2 O Direito Processual Penal como ciência autônoma	88
2.3 A Constituição Federal de 1998 como fonte de identificação dos princípios	90
2.4 Princípios e a flexibilização do Direito escrito no Processo Penal	91
2.5 Princípios expressos e imanescentes.....	95
2.6 Interpretação no Direito Processual Penal Principiológico.....	97
2.7 Direito Processual Penal Principiológico e a segurança jurídica	100
2.8 Aplicação do Direito Processual Penal Principiológico	104
2.9 Natureza jurídica do Direito Processual Penal Principiológico	109
3. Contextualização dos princípios aplicáveis às Ciências Penais no Brasil	
3.1 Princípios explicitados na Constituição da República Federativa do Brasil	112
3.1.1 Princípios explicitados gerais	112
3.1.1.1 Princípio da Igualdade	112
3.1.1.2 Princípio da Legalidade.....	115
3.1.1.3 Princípio da Presunção de Inocência	117
3.1.1.4 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	118
3.1.1.5 Princípio da Intranscendência	122
3.1.2 Princípios explicitados específicos do Processo Penal	125
3.1.2.1 Princípio da Publicidade.....	125
3.1.2.2 Princípio do Devido Processo Legal	126

3.1.2.3 Princípio do Contraditório	128
3.1.2.4 Princípio da Ampla Defesa	130
3.1.2.5 Princípio Acusatório e do Juiz Natural	132
3.1.2.6 Princípio da Vedação das Provas obtidas por Meios Ilícitos	135
3.1.2.7 Princípio da Economia Processual.....	137
3.1.2.8 Princípio da Duração Razoável do Processo	138
3.1.2.9 Princípio da Plenitude de Defesa no Júri	138
3.1.2.10 Princípio da Soberania dos Veredictos do Júri.....	139
3.1.2.11 Princípio “nemo tenetur se detegere”	140
3.2 Princípios imanentes na Constituição Federal.....	141
3.2.1 Princípios imanentes gerais	142
3.2.1.1 Princípio da Proporcionalidade.....	142
3.2.1.2 Princípio da Culpabilidade	143
3.2.1.3 Princípio da Necessidade.....	144
3.2.2 Princípios Imanentes Específicos do Processo Penal	145
3.2.2.1 Princípio da Obrigatoriedade.....	145
3.2.2.2 Princípio da Verdade no Processo Penal	147
3.2.2.3 Princípio da Identidade Física do Juiz.....	149
3.2.2.4 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	149
3.2.2.5 Princípio da Duração Razoável da Prisão Cautelar	150
3.2.2.6 Princípio da Iniciativa das Partes	151
3.2.2.7 Princípio da Vedação do Duplo Processo.....	152
3.2.2.8 Princípio do Sigilo das Votações do Júri.....	152
3.2.2.9 Princípio da Oficialidade	152
Conclusões	155
Bibliografia consultada.....	157
Apêndices e anexos	166
Apêndice A - Sentença envolvendo o réu que ficou tetraplégico.....	166
Anexo A - Resumo do andamento do processo envolvendo o réu que ficou tetraplégico	175
Apêndice B - Sentença envolvendo a aplicação do perdão judicial no caso do réu que ficou cego	177
Anexo B - Resumo do andamento do processo envolvendo o réu que ficou cego e recebeu o perdão judicial	187
Anexo C - Cópia do acórdão referente ao recurso contra a sentença que concedeu o perdão judicial.....	189